

NOTA PÚBLICA

Pelo arquivamento do PLC 17/2020 em Mato Grosso

O Projeto de Lei Complementar nº17/2020, de autoria do governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), segue em tramitação na Assembleia Legislativa do estado e deve voltar à pauta na próxima quarta-feira (17). O PL autoriza o registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de propriedades em sobreposição a terras indígenas no estado, ameaçando diretamente 27 áreas delimitadas, declaradas ou em estudo pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Se aprovada, a medida poderá provocar o aumento de conflitos, violências e invasões.

Articulado com a já suspensa Instrução Normativa nº9/2020 da Funai, o PLC 17/2020 deverá impactar 116 territórios indígenas em todas as fases de regularização, uma vez que abre brechas, inclusive, para a validação de CAR em territórios já regularizados e homologados.

Apesar de ainda não aprovado, o projeto que tramita desde abril deste ano já traz impactos negativos para os povos indígenas de Mato Grosso, que vêm convivendo com ameaças de invasões de terras em meio à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Esse é o caso do povo Chiquitano da Terra Indígena (TI) Portal do Encantado. Na fronteira com a Bolívia, a área está localizada na divisa dos municípios de Pontes e Lacerda, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade. São pelo menos 12 imóveis cadastrados sobrepostos a TI Portal Encantado, sendo três deles com 100% de área sobreposta, de acordo com informações do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, de 2019. Essa é uma área declara dentro do processo de demarcação. Os indígenas reivindicam 43 mil hectares próximo à Fazenda Tarumã. Por conta disso, recebem constantemente ameaças de funcionários da fazenda e de invasores.

Uma liderança que preferiu não se identificar explica que ameaças ocorreram no início do mês de junho, quando os indígenas resolveram fechar a aldeia com cadeados como uma forma de garantir o isolamento social e se protegerem da Covid-19. Segundo ele, após o fechamento da aldeia, um ex-militar do Exército estourou o cadeado, e, posteriormente, um funcionário da fazenda Tarumã invadiu a aldeia de forma agressiva.

“Nós fechamos nosso território com cadeado no dia seis, comunicamos o Exército e colocamos uma placa de aviso sobre a pandemia na entrada da aldeia. No dia sete de manhã, um invasor que nos ameaça há meses estourou o cadeado. Aí nós fechamos de novo. Por volta das cinco da tarde, o gerente da Fazenda Tarumã veio nos ameaçar. Ele entrou por dentro do mato e chegou falando que a gente não podia fechar porque o território não era nosso. Ele disse que era dono e que iria cercar a terra. Também falou que não tinha medo de nós porque a terra era dele e podia colocar máquinas”, denuncia a liderança.

O PLC 17/2020 tem estimulado outras práticas ilegais como a invasão de garimpeiros, a pesca predatória e o desmatamento nas terras indígenas de Mato Grosso. A região noroeste do estado, no município de Brasnorte, onde ficam áreas Manoki e Menkü, também tem cadastros sobrepostos.

Pelos motivos acima elencados e também por ferir o direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado, uma vez que o projeto não foi discutido com populações indígenas, por flexibilizar ainda mais o licenciamento ambiental no estado e por caminhar em sentido contrário ao estabelecido em compromissos internacionais no âmbito da estratégia Produzir Conservar e Incluir (PCI) e do Programa Redd+ for Early Movers (REM), nós, das organizações abaixo assinadas, exigimos o imediato arquivamento do PLC17/2020 na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Ele viola diretamente os direitos constitucionais dos povos indígenas assegurados no artigo 231 da Constituição Federal, as leis e a jurisprudência consolidada sobre o tema.

Acesse a [nota técnica](#) elaborada em conjunto pela OPAN, ICV, Fepoint e International Rivers.

Cuiabá, MT, 15 de junho de 2020

Associação de Pesquisa Xaraiés - Associação Xaraiés
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes – CDHDMB
Centro de Tecnologia Alternativa – CTA
Conselho Indigenista Missionário - CIMI
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE/MT
Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso - Fepoint
Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD
Fórum Nacional da Sociedade Civil para Comitês de Bacia Hidrográfica - FONASC-CBH/MT
Grupo Arareau de Pesquisa e Educação Ambiental
Grupo Semente de Chapada dos Guimarães
Instituto Caracol - ICaracol
Instituto Centro de Vida - ICV
Instituto Gaia de Pesquisa e Educação Ambiental - Instituto Gaia
Movimento de Atingidos por Barragem - MAB/MT
Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra - MST/MT
Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador - NEAST/ISC/UFMT
Operação Amazônia Nativa - OPAN
Pacto das Águas
Prelazia de São Félix do Araguaia

